



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE
Fls. 353

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 68643-13.2010.8.17.0001 (307881-9)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: TIM NORDESTE S. A.
APELADO: PCG ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA.

EMENTA: APELAÇÃO. DIREITO DO CONSUMIDOR. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO REJEITADA. COBRANÇA INDEVIDA. PROVAS PRODUZIDAS UNILATERALMENTE. AUSÊNCIA DE CONTRATO ESPECIFICANDO AS OBRIGAÇÕES DAS PARTES, COBRANÇAS EIVADAS DE INAFASTÁVEL NULIDADE. NEGADO PROVIMENTO.

- Preliminar de não conhecimento do recurso ante a ausência de impugnação específica aos termos da sentença rejeitada.
- Apesar de repetir as alegações genéricas feitas na contestação, o recurso impugna a decisão profligada, razão pela qual deve ser conhecido.
- Mérito. A despeito das alegações de legalidade da cobrança, a Apelante não comprova sua tese.
- Os documentos acostados pela Apelante são meras impressões da tela do seu sistema informatizado, padecendo de força probante.
- O aumento inexplicável da fatura não encontra respaldo documental, razão pela qual deve ser anulado.
- Negado provimento ao apelo.

A C Ó R D ã O

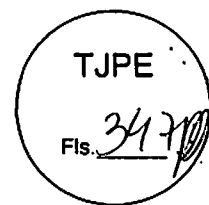
Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Relator que, devidamente revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

Sala de Sessões,


Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes - Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 68643-13.2010.8.17.0001 (307881-9)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: **TIM NORDESTE S. A.**
APELADO: **PCG ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA.**

R E L A T Ó R I O

Trata-se de apelo interposto contra sentença (fls. 301) que julgou procedente Ação de Inexistência de Dívidas c/c Obrigação de Fazer, manejada pelo Apelado em face da Apelante, para: (i) declarar a nulidade dos débitos relativos aos serviços denominados "TIM Connect Fast", "TIM WAP" e "Telemetria e Rastreamento" e (ii) determinar o cancelamento dos referidos serviços, condenando o Apelante ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da causa.

A demanda originária foi ajuizada pelo Apelado aduzindo que a partir do mês de julho/2010 sua conta telefônica, normalmente no valor médio de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), praticamente triplicou em razão da cobrança dos indigitados serviços.

Asseverando a importância da manutenção do contrato e não logrando êxito no pedido de revisão administrativa dos valores, o Apelado solicitou o depósito da quantia incontroversa das faturas vencidas e vincendas, valores disponibilizados ao Apelante pela sentença objurgada.

Insatisfeita com o desate da querela, a Apelante maneja o presente recurso (fls. 306), em cujas razões sustenta a legitimidade da cobrança e a legalidade dos procedimentos adotados com base no contrato firmado entre as partes.

1



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Sabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Assevera a impossibilidade de inversão do ônus da prova e a exorbitância dos valores relativos aos honorários advocatícios arbitrados.

Destarte, pugna pela completa reforma da sentença, com a consequente improcedência dos pedidos formulados na exordial e a inversão do ônus da sucumbência.

Em suas contrarrazões (fl. 326), o Apelado suscita preliminar não conhecimento do recurso ante a ausência de impugnação específica aos fundamentos da sentença, e, acaso ultrapassada a prefacial, requer, no mérito, a manutenção do julgado.

Preparo às fls. 321.

É o relatório.

À douta Revisão.

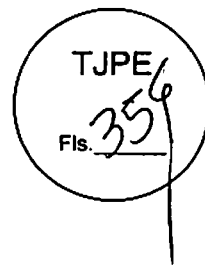
Recife, *17/11/13*

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 68643-13.2010.8.17.0001 (307881-9)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: TIM NORDESTE S. A.
APELADO: PCG ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA.

V O T O

Preliminar de não conhecimento do recurso

Em suas contrarrazões, o Apelado aduz a ausência de impugnação específica aos fundamentos da sentença, asseverando ser inadmissível a apelação que não se contrapõe aos termos da decisão profligada.

Assevera ser o apelo uma mera repetição da peça de bloqueio, requerendo, conseqüentemente, o não conhecimento do recurso.

Registro, desde já, não merecer guarida a preliminar de inadmissibilidade ventilada, pois, mesmo com argumentos genéricos e repetindo os termos da contestação, o apelo ataca os termos da sentença.

Logo, estando preenchidos os requisitos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade, merece o recurso ser conhecido.

Firme nestes fundamentos, **REJEITO A PRELIMINAR.**

É como voto.

Recife,


Des. Cândido J F Saraiva de Moraes - Relator

Mérito

A ação encontra-se satisfatoriamente instruída pelo Apelado e a solução do litígio prescinde de maiores elucubrações.

Neste eito, destaco tratar-se nos autos de relação de consumo, figurando o Apelado como consumidor e a Apelante como fornecedora de serviços de telefonia.

A hipossuficiência do consumidor encontra-se sobejamente comprovada em face da conduta da Empresa Apelante, a qual, mesmo após diversas solicitações para o bloqueio do serviço e a exclusão dos valores indevidamente cobrados, insistiu na cobrança do montante impugnado.

A verossimilhança das alegações encontra-se respaldada por amplo conjunto probatório, o qual demonstra o aumento injustificado do valor da fatura (fls. 35/46 e 55/63), demonstrando igualmente as tentativas de solução da questão junto a Apelante (fls. 79/85).

O preenchimento de tais requisitos autoriza o magistrado a inverter o ônus da prova, conforme preconiza o art. 6º, VIII, do CDC, facilitando a defesa do consumidor no âmbito judicial.

Ademais, mesmo que inaplicável a inversão probatória prevista no Código de Defesa do Consumidor, o art. 333, II, do CPC estipula caber ao réu o ônus de produzir de provas capazes de impedir, modificar ou extinguir o direito do autor.

No caso em análise, a Apelante afirma ter o Apelado utilizado os serviços disponibilizados, razão pela qual a cobrança dos valores seria um direito seu.

Entretanto, compulsando os autos, verifico que os únicos documentos acostados pela Apelante são impressões de telas do seu sistema informatizado, as quais, além de confusas, são produzidas unilateralmente, padecendo de força probante (fls. 263/265).

Ainda acerca das provas, a Apelante sequer apresentou o contrato firmado com o Apelado para respaldar a alardeada legalidade das cobranças efetuadas.

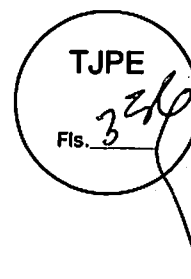
Destarte, o que temos de indelével nos autos é que a fatura do apelante praticamente triplicou seu valor em razão de serviços não solicitados; por outro lado, os requerimentos de cancelamento dos serviços e de revisão dos valores não foram atendidos pela Apelante, a qual, mesmo após a propositura da presente demanda, insiste em alegar a legalidade da cobrança sem qualquer respaldo documental.

Por óbvio, não comprovada a legitimidade do débito ou sequer a prestação dos serviços, a cobrança dos valores em análise encontra-se eivada de inafastável nulidade.

Outrossim, Além de toda prova documental, deve-se ressaltar a boa-fé do Apelado, o qual vem depositando mensalmente os valores incontroversos, estando o montante a disposição da Apelante para ser levantado, conforme autorizado na sentença objurgada.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Acerca da impugnação ao valor atribuído a remuneração causídica, destaco que esta encontra-se de acordo com a previsão insculpida no art. 20, §3º do CPC¹, observando as diretrizes qualitativas e os limites quantitativos, razão pela qual não merece reforma.

Firme nestes fundamentos, **NEGO PROVIMENTO AO APELO**, mantendo a sentença em todos os seus capítulos.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

¹ Art. 20. A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Esta verba honorária será devida, também, nos casos em que o advogado funcionar em causa própria.

(...)

§ 3º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos:

- a) o grau de zelo do profissional;
 - b) o lugar de prestação do serviço;
 - c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.
- (g.n)



350,
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0307881-9 – RECIFE-PE

DESPACHO

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 29 de agosto de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Revisor